

# **Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Semestre Findo em  
30 de Junho de 2025 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## **Relatório da Administração**

A Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “Superlógica SCD”) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) que opera de acordo com as normas regulatórias estabelecidas e tem por objetivo estruturar suas atividades conforme os requisitos regulatórios aplicáveis. Em 2022, foram implantados os sistemas e a infraestrutura necessária para integrar essa instituição à Rede do Sistema Financeiro Nacional.

### **Destaques Financeiros**

No primeiro semestre de 2025, a Superlógica SCD apresentou uma Receita de intermediação financeira de R\$47 milhões Bruto e com lucro líquido de R\$8,8 milhões.

A Superlógica SCD opera com as seguintes atividades:

- Pagamentos de boletos (PCR – Pagamentos Centralizados de Recebíveis)
- Registro de boletos (NÚCLEA e PCR – Pagamentos Centralizados de Recebíveis)
- Liquidação de boletos (NÚCLEA e SILOC – Sistema de Liquidação de Ordens de Crédito)
- TED – Transferências Eletrônicas Disponíveis (SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro/Conta de liquidação)
- PIX direto
- Liquidação via cartões (NÚCLEA e SLC - Sistema de Liquidação Financeira)

Durante os próximos meses, ocorrerá a expansão do portfólio de produtos, consequentemente aumentando a carteira de clientes da Companhia.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Superlógica SCD”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2025 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Superlógica SCD, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfases

#### *Operações com partes relacionadas*

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 7, nº 8, nº 11 e nº 12 às demonstrações financeiras, as quais indicam que a Superlógica SCD mantém transações e saldos em montantes significativos com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### *Informações comparativas*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4.c) às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 da Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução BCB nº 352 do BACEN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Superlógica SCD é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Superlógica SCD continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Superlógica SCD ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Superlógica SCD.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Superlógica SCD. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Superlógica SCD a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2025

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Victor Vinicius Zanetic Zavagli  
Contador  
CRC nº 1 SP 289692/O-4

**SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.****BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2025  
(em Reais mil)**

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2025</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2025</b>
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Disponibilidades	5	10.423	Passivos financeiros		
Ativos financeiros			Ao custo amortizado - Depósitos	8	453.240
Ao custo amortizado - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5 e 6 (a)	131.992	Impostos e contribuições a recolher		1.484
Ao valor justo por meio de resultados - Títulos e valores mobiliários	6 (b)	266.461	Obrigações trabalhistas a pagar		939
Adiantamentos		205	Partes relacionadas	7 (a)	3.664
Tributos a recuperar		41	Contas a pagar		914
			Provisão para Riscos	10	13
<b>Total circulante</b>		<b>409.122</b>	<b>Total circulante</b>		<b>460.254</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Ativos financeiros			Capital social	9 (a)	13.414
Ao valor justo por meio de resultados - Títulos e valores mobiliários	6 (b)	73.887	Reserva legal	9 (c)	984
<b>Total não circulante</b>		<b>73.887</b>	Lucros acumulados		8.357
			<b>Total Patrimônio Líquido</b>		<b>22.755</b>
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>483.009</b>	<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>483.009</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

**PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025**

**(em Reais mil, exceto quando indicado de outra forma)**

	<b>Nota</b>	<b>30/06/2025</b>
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11	43.776
RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<b>43.776</b>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas de pessoal	12	(1.993)
Despesas gerais e administrativas	12	(12.758)
Despesas operacionais	12	(15.678)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>13.347</b>
Despesas financeiras	13	(111)
Receitas financeiras	13	153
<b>Resultado financeiro</b>		<b>42</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>13.389</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(4.593)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>		<b>8.796</b>
Lucro por lote de mil ações em R\$		2,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025  
(em Reais mil)**

---

	<b><u>30/06/2025</u></b>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	8.796
Outros resultados abrangentes	-
<b>RESULTADOS ABRANGENTES DO SEMESTRE</b>	<b><u><u>8.796</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

**SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025  
(em Reais mil)**

	<b><u>Reserva de lucros</u></b>						
<b><u>Nota</u></b>	<b><u>Capital social</u></b>	<b><u>Aumento de capital em aprovação</u></b>	<b><u>Reserva estatutária</u></b>	<b><u>Reserva legal</u></b>	<b><u>Juros sobre o capital próprio</u></b>	<b><u>Lucros acumulados</u></b>	<b><u>Total</u></b>
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>4.100</b>	<b>9.314</b>	-	<b>544</b>	-	-	<b>13.958</b>
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN n° 4.966/21	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN n° 4.975/21	-	-	-	-	-	-	-
<b>EM 01 DE JANEIRO DE 2025</b>	<b>4.100</b>	<b>9.314</b>	-	<b>544</b>	-	-	<b>13.958</b>
Aumento de Capital Social	9.314	(9.314)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	8.797	8.797
Constituição Reserva Legal	-	-	-	440	-	(440)	-
<b>EM 30 DE JUNHO DE 2025</b>	<b>13.414</b>	-	-	<b>984</b>	-	<b>8.357</b>	<b>22.755</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025  
(em Reais mil)**

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2025</u>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>13.389</b>
<b>AJUSTE AO LUCRO LÍQUIDO</b>		
Provisão de IRPJ e CSLL	14	(4.593)
Provisão para riscos	10	13
<b>LUCRO AJUSTADO</b>		<b>8.809</b>
<b>VARIAÇÕES NO ATIVO E PASSIVO</b>		
Tributos a recuperar		(41)
Depósitos e demais instrumentos financeiros	8	11.096
Redução (aumento) em instrumentos financeiros ativos	6	(20.285)
Obrigações tributárias		4.874
Obrigações trabalhistas		205
Outros passivos		238
Adiantamentos		(142)
Contas a pagar partes relacionadas	7 (a)	1.732
Pagamento de IRPJ e CSLL		(4.459)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>2.027</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>		<b>2.027</b>
Saldo de caixa e equivalente de caixa inicial	5	140.388
Saldo de caixa e equivalente de caixa final	5	142.415
<b>AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>		<b>2.027</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “Superlógica SCD”), fundada em setembro de 2021, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, Bloco B, 3º andar, conjunto 32, no bairro Alphaville Industrial, no Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado e controlada pela Superlógica Tecnologias S.A. (“Grupo Superlógica”), que detém 99,99% das ações da Companhia.

Tem por objetivo a realização de operações de empréstimo e financiamento, exclusivamente com recursos financeiros de capital próprio e, atua na prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros, permitindo a avaliação da capacidade de pagamento e o acompanhamento da inadimplência de clientes.

No contexto atual de suas atividades operacionais, a Companhia oferece contas de pagamento e a emissão de moeda eletrônica, viabilizando o gerenciamento digital dos recursos transacionados. Nesse modelo, a instituição facilita operações de pagamento, incluindo a emissão e liquidação de boletos bancários, que funcionam como um dos principais instrumentos de recebimento e movimentação de valores, tanto para operações de crédito quanto para pagamentos de serviços e produtos.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A demonstração financeira da Companhia foi aprovada pela Administração em 28 de agosto de 2025.

A Administração considera que a Companhia detém recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

### **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos reguladores, incluindo o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o Banco Central do Brasil (BCB). Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

#### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Mensuração do valor justo de ativos financeiros, vide nota explicativa 6.

#### **b. Passivos contingentes**

Contingências incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, premissas e julgamentos que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

### **4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente, a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

São mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha, considerando aqueles que possuem *rating* elevado (AAA, AA) junto as principais agências de risco. Representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras de curto prazo que possuam alta liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aquisição, é igual ou inferior a 90 dias. Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são mantidas em operações compromissadas lastreadas nos títulos LFT, LTN e NTN, apresentadas pelo valor de aplicação e acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### **b. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966, que estabelece os critérios para reconhecimento, mensuração, classificação, desreconhecimento e divulgação de instrumentos financeiros. Conforme referido normativo, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- i) **A custo amortizado:** Classificação aplicável quando a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter o ativo financeiro até o vencimento contratual. Nessa modalidade, o ativo é mensurado ao custo amortizado, sendo reconhecidas as perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

- ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Utilizada quando o ativo financeiro é mantido com o propósito de recebimento dos fluxos de caixa contratuais e para eventual venda. Os ativos são mensurados pelo valor justo, com as variações reconhecidas em outros resultados abrangentes. Na baixa contábil, os valores acumulados são reclassificados para o resultado do período.
- iii) Ao valor justo por meio do resultado (VJR): Aplicável quando o ativo financeiro não atende ao teste dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPI) ou é mantido para negociação ativa. Nessa classificação, os ativos são mensurados ao valor justo, com as variações reconhecidas diretamente no resultado do período.

A Administração avaliou os ativos financeiros ajustados ao valor justo e concluiu que a adoção das práticas previstas na Resolução CMN nº 4.966 não gerou impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Informações adicionais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 16.

**c. Novas normas emitidas pelo BACEN**

**I. Resolução CMN nº 4.966/21 – Instrumentos financeiros**

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e alterações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/23, estabelece novos conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A lei entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros.

A Companhia acompanhou o processo de adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 e por ter um modelo de negócio simplificado não teve impactos relevantes em sua demonstração financeira com a adoção desta norma. Vide nota explicativa 16.

Em atendimento ao disposto no art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, a Companhia optou por não apresentar valores comparativos dos períodos anteriores nestas Demonstrações Financeiras.

**II. Resolução CMN nº 4.975/21 e alterações posteriores - Arrendamento**

Aprova o CPC 06 – Arrendamentos (R2), que traz o conceito de direito de uso ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não prevê impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção desta norma, considerando que os contratos de arrendamento são reconhecidos integralmente pela Controladora.

### **III. Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022**

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, sua principal alteração.

#### **d. Depósitos**

Os depósitos representam os recursos mantidos por clientes em contas de liquidação, os quais estão disponíveis para saque imediato. Parte dos depósitos são remunerados.

#### **e. Receitas de intermediação financeira**

As receitas de intermediação financeira da Companhia compreendem: (i) resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez; (ii) receita de tarifas bancárias cobradas de clientes e interbancárias; (iii) receita de emissão e liquidação de boletos.

#### **f. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos e compreendem: (i) receita e despesas de juros; (ii) despesas bancárias; (iii) ganhos e perdas com aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários; e (iv) impostos sobre operações financeiras. Vide Nota Explicativa nº 13.

A “taxa de juros efetiva” desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro: (i) ao valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

#### **g. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15% de imposto de renda e 9% de contribuição social, acrescidas do adicional de 10% de imposto de renda sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no ano.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

#### *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados, especificamente nos casos em que antecipações de pagamentos podem e devem ser utilizadas na apuração líquida do saldo remanescente a pagar.

#### **h. Capital social**

##### **Ações**

A Companhia possui ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Não há ações em tesouraria e ações preferenciais emitidas.

#### **i. Provisões**

São determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflitam as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

#### **j. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

#### **k. Hierarquia de valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações disponíveis utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações disponíveis, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: informações disponíveis, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado.

#### **l. Resultado não recorrente**

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

No semestre findo em 30 de junho de 2025 não houve resultado classificado como não recorrente.

**5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>30/06/2025</b>
Contas correntes em moeda nacional (a)	10.423
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (6a)	131.992
	<b>142.415</b>

- a) **Contas correntes em moeda nacional:** Os valores representam moeda em caixa em conta bancária, bem como recursos que possuem características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata concentradas em bancos comerciais de primeira linha.

**6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

	<b>30/06/2025</b>
<u>Ao custo amortizado</u>	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	131.992
<u>Ao valor justo por meio de resultados</u>	
Letras do tesouro nacional (b)	340.348
	<b>472.340</b>

- a) Aplicações interfinanceiras de liquidez: são aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos LFT, LTN e NTN, apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e seu valor justo (nível 2) se aproxima do seu valor de custo atualizado, devido ao vencimento ser de D+1 dia, os quais estão vinculados aos saldos de depósitos descritos na nota 8.
- b) A Companhia possui operações nos títulos LFT apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com vencimentos em 01/09/2025, 01/03/2026 e 01/09/2026, os quais estão vinculados aos saldos de depósitos descritos na nota explicativa 8, conforme disposto na Resolução BCB Nº 80, de 25 de março de 2021. Os valores com vencimento em 01/09/2026 registrados a longo prazo podem ser resgatados a qualquer momento, caso seja necessário para cumprir as obrigações de curto prazo da Companhia.
- l) Os títulos e valores mobiliários possuem os seguintes vencimentos:

<b>Ao valor justo por meio de resultados - Títulos e valores mobiliários</b>	Valor de custo amortizado	Valor de Mercado	Até 1 ano	de 1 a 2 anos
<b>Títulos livres</b>				
Letras Financeiras do Tesouro	340.348	340.348	266.461	73.887
	<b>340.348</b>	<b>340.348</b>	<b>266.461</b>	<b>73.887</b>
<b>Saldo total em junho 2025</b>	<b>340.348</b>	<b>340.348</b>	<b>266.461</b>	<b>73.887</b>

## 7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é parte do grupo econômico que possui a Superlógica Tecnologias S.A. (“Grupo Superlógica”) como controladora.

Durante o ano, a controladora realiza atividades administrativas, cujo custos e despesas são compartilhados entre as empresas e reembolsadas à controladora mensalmente através de nota de débito.

A seguir estão demonstrados os valores transacionados durante o ano de 2025:

### a. Contas a pagar

	<u>30/06/2025</u>
Superlógica Tecnologias S.A.	3.014
PJBANK Pagamentos S.A.	620
MDR Cobranças Ltda.	23
Webagile Tecnologia Ltda.	7
	<u>3.664</u>

### a. Depósitos

A Companhia detém registrado em seu passivo saldo de partes relacionadas a contas de pré-pagamento, conforme abertura abaixo. O saldo total de depósitos está demonstrado na nota explicativa 8.

	<u>30/06/2025</u>
PJBank Pagamentos S.A.	207.704
Superlógica Tecnologias S.A.	37.496
Superlógica Tec Imobiliárias Ltda	5.598
MDR Cobranças Ltda.	1.629
Webagile Tecnologia Ltda.	663
Gruvi Tecnologias S.A.	-
	<u>253.090</u>

### b. Receitas e despesas entre empresas

#### Receitas com prestação de serviços

	<u>30/06/2025</u>
PJBank Pagamentos S.A.	10.130
	<u>10.130</u>

Despesas administrativas rateadas

	30/06/2025
Superlógica Tecnologias S.A.	(7.529)
	<b>(7.529)</b>

**8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DEPÓSITOS**

A Companhia mantém registrado em seu passivo o saldo de contas de clientes relacionadas a contas de pagamento pré-pagas, que se assemelham a contas de depósito à vista no seu funcionamento. O respectivo lastro está detalhado na Nota Explicativa nº 6. Parte dos depósitos são remunerados.

	30/06/2025
Saldo conta de clientes	453.240
	<b>453.240</b>

**9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a. Capital social**

O capital social em 30 de junho de 2025 é de R\$ 13.414, dividido em 4.100.000 (4 milhões e cem mil) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 31 de dezembro de 2024, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 9.314 sem emissão de novas ações, integralizado mediante a capitalização da totalidade do saldo de reserva de lucros da Companhia e do lucro líquido do exercício de 2024. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 12 de maio de 2025.

**b. Ações ordinárias e preferenciais**

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A Companhia não possui ações preferenciais.

**c. Constituição da Reserva Legal**

É constituída obrigatoriamente para empresas de sociedade anônima à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social quando então deixará de ser acrescida; ou poderá, a critério da Empresa, deixar de receber créditos, quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das Reservas de Capital, atingir 30% do capital social. Em 30 de junho de 2025 a Companhia constituiu a reserva legal no valor R\$440.

**d. Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina em seu art. 21 a distribuição de dividendos anuais em pelo menos 1% do resultado do período, ajustado a forma da lei, diminuído ou acrescido da importância destinada à formação de reserva legal nos termos do art. 22, inciso II da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação da Administração e dos acionistas, podendo ser decidida em Assembleia Geral a retenção parcial ou total dos resultados, caso seja identificada a necessidade de preservação dos recursos para investimentos, reforço de capital ou outras finalidades estratégicas da Companhia.

**e. Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Sociedade, incluindo qualquer administrador (executivo, diretor ou outro) e inclui salários e benefícios de mercado. Os pagamentos são efetuados diretamente pela controladora Superlógica Tecnologias S.A. e repassados para as demais empresas do Grupo por meio de rateio de despesas.

**10. PROVISÃO PARA RISCOS**

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui 1 processo cível no polo passivo, classificado como perda provável no montante de R\$13 e 1 processo cível no polo passivo, classificado como perda possível no montante de R\$ 98.

A Administração utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, em consonância com os preceitos do CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Cabe esclarecer que, conforme CPC mencionado acima, a Companhia não constituiu provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e remota.

**11. RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA**

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do semestre:

	<u>30/06/2025</u>
Receita com títulos e valores mobiliários	36.854
Receita com tarifas de boletos	<u>10.130</u>
<b>Receita Bruta</b>	<b><u>46.984</u></b>
<b>Deduções:</b>	
Impostos	<u>(3.208)</u>
<b>Receita líquida</b>	<b><u>43.776</u></b>

- a) Os impostos sobre as receitas são compostos por Imposto Sobre Serviços (ISS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

## 12. DESPESAS POR NATUREZA

	30/06/2025
Despesas operacionais (a)	(15.678)
Despesas administrativas (b)	(10.148)
Despesas de processamento de dados (c)	(2.270)
Despesas com pessoal	(1.993)
Despesas com consultoria e auditoria	(339)
<b>Resultado custos e despesas</b>	<b>(30.429)</b>
<b>Demonstração do resultado do exercício</b>	
Despesas operacionais	(15.678)
Despesas gerais e administrativas	(12.758)
Despesas de pessoal	(1.993)
<b>Resultado custos e despesas</b>	<b>(30.429)</b>

- a) **Despesas operacionais:** São compostos por custos com emissão, processamento, liquidação boletos e repassa da remuneração das contas pré-pagas.
- b) **Despesas administrativas:** São compostos por rateio de *coworking*, telefonia, reembolso a funcionários e associação de classe
- c) **Despesa de processamento de dados:** São compostos por gastos com os sistemas de *backoffice* pelos serviços de manutenção, mensalidade, customização e suporte técnico.

## 13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/06/2025
<b>Despesas Financeiras</b>	
Despesas bancárias	(84)
Multas passivas	(27)
	<b>(111)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	
Ajuste a valor de mercado	153
	<b>153</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>42</b>

#### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente às alíquotas aplicadas foram:

	<u>30/06/2025</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	13.389
Alíquota fiscal combinada IR e CSLL	34%
	<u>4.552</u>
Outros	41
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do período</b>	<b><u>(4.593)</u></b>

#### 15. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCO E DE CAPITAL

A política da Administração é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. Para isso, busca-se equilibrar rentabilidade e segurança, mantendo níveis adequados de alavancagem e assegurando a solidez financeira da Companhia.

Por enquadrar-se na segmentação S5 e possuir características de perfil de risco simplificado, as exigências e composição de requerimento de capital para a Companhia é realizada a partir da metodologia simplificada.

O gerenciamento de capital é conduzido em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen, observando os requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Nível de Capital Principal e Indicadores de Basileia, conforme regulamentação vigente. A Companhia adota práticas de gestão prudencial para garantir o cumprimento das exigências regulatórias, mitigar riscos e assegurar uma estrutura de capital compatível com a natureza e complexidade das suas operações.

##### a. Governança corporativa

A Companhia adota uma política de gestão corporativa de transparência e ética na condução das atividades e das relações institucionais, assegurando uma geração de valor perene e condições de desenvolvimento sustentável e longevidade.

##### b. Gerenciamento de capital

A Companhia acompanha tempestivamente o nível aceitável de capital exigido pelo órgão regulador conforme Resolução nº 4.606/17 do Bacen, que determina a metodologia para a apuração do Patrimônio de Referência Simplificado e mantém em conformidade com os requisitos prudenciais, observando um limite mínimo do Índice de Basileia de 17%, em linha com as exigências regulatórias aplicáveis à sua categoria operacional, conforme demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2025</u>
Total dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	121.433
Patrimônio Líquido de referência	22.755
Patrimônio Líquido de referência exigido	20.644
Margem sobre o Patrimônio Líquido de referência	<u>2.112</u>
Índice de Basileia	18,74%

### **c. Gerenciamento dos riscos**

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, a qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de suas políticas de gerenciamento de risco, em conformidade com as Resoluções CMN 4.557/17 e 4606/17.

Estas políticas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. As principais classes de risco aos quais a Companhia está exposta são: risco de liquidez, risco operacional, risco de cibersegurança e risco de crédito.

#### **I. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. A Companhia não trabalha no momento com oferta de produtos de crédito. O risco proveniente das contas a receber de clientes é nulo dado o momento do reconhecimento de suas receitas, e o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes

#### **II. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros.

#### **III. Risco de mercado**

A Companhia realiza o controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição.

#### **IV. Risco cibernético**

A Companhia administra os riscos cibernéticos inerentes às suas operações, adotando tecnologia avançada e processos estruturados para a identificação e proteção do ambiente digital, bem como para a detecção, resposta e recuperação diante de ameaças e incidentes.

Adicionalmente, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos voltados à mitigação dos riscos de segurança cibernética, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações e dos sistemas utilizados.

#### **V. Risco operacional**

A análise de riscos baseia-se no mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes e sua mitigação a partir dos controles necessários.

### **16. IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL ESTABELECIDADA NA RESOLUÇÃO CMN nº 4.966/2021 E 352/23 DO BANCO CENTRAL DO BRASIL**

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e do Banco Central do Brasil (BACEN) nº 352/23 e alterações posteriores, estabelece novos conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Esse conjunto de normas do Banco Central do Brasil entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

#### **a. Da adequação da estrutura e tecnologia**

##### Capacitação e disseminação dos impactos das mudanças na organização

Devido aos impactos das mudanças, a Administração da Superlógica SCD promoveu a participação dos colaboradores envolvidos nos processos e procedimentos afetados em cursos e outros eventos para o aprofundamento do conhecimento nas normas e na adequação das estruturas de compliance, controles internos, operações e tecnologia. A Superlógica SCD também contou com consultoria especializada para apoiar na definição, na elaboração e na adequação das políticas e manuais de procedimentos relacionados à classificação, modelos de negócios, testes, homologação e implementação do novo Padrão Contábil COSIF e dos critérios contábeis aplicados.

##### Implementação das mudanças na estrutura tecnológica e sistemas

Para atendimento à Resolução CMN Nº 4.966/2021 e as normas complementares, às rotinas dos sistemas impactados foram devidamente adequadas para as mudanças necessárias e estabelecidas pelo instrumento legal. Foram mapeados os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros que impactam diretamente os sistemas, contemplando esforços, nas etapas de desenvolvimento, parametrização, configuração, testes internos e testes envolvendo o ambiente de homologação disponibilizado pelo Banco Central do Brasil.

### Atualização do plano de contas contábil aplicadas às Instituições Financeiras

Em complemento às alterações introduzidas pela Resolução mencionada, a partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor uma reformulação do Plano Contábil denominado agora de Padrão Contábil das Instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF) em que foi modificada a estrutura do elenco de contas e respectivos códigos numéricos, promovendo ajustes na organização das contas, estabelecendo novas diretrizes e limitando os níveis de agregação.

As mudanças foram formalizadas nos seguintes normativos do Banco Central:

- **Resolução BCB nº 92/2021** – que dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do COSIF;
- **Instrução Normativa BCB nº 318/2022** – que define os subgrupos contábeis do elenco de contas

do COSIF;

- **Instruções Normativas BCB nº 426 a 433/2023**, atualizadas pelas **Instruções Normativas BCB nº 493 a 500/2024** – que detalham as rubricas contábeis do elenco de contas do COSIF, abrangendo os seguintes grupos:

- (i) Ativo realizável e permanente;
- (ii) Grupos de compensação ativa e passiva;
- (iii) Passivo exigível;
- (iv) Patrimônio líquido; e
- (v) Resultado credor e devedor.

#### **b. Dos Impactos Decorrentes da Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021**

Para cumprir os novos requisitos contábeis, a Companhia, na qualidade de Sociedade de Crédito Direto — e, portanto, equiparada a instituição financeira por força de lei — adotou a Resolução CMN nº 4.966/21. Em 31 de dezembro de 2024, seus ativos financeiros estavam contabilizados com base nos critérios aplicáveis então vigentes. A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia passa a classificar e mensurar seus ativos financeiros segundo os modelos previstos na Resolução CMN nº 4.966/21, conforme abaixo.

#### Os principais impactos relacionados ao modelo de negócios identificados foram:

Reclassificação de ativos financeiros: Determinados ativos eram anteriormente classificados como disponíveis para venda mensurados a valor justo foram reclassificados para valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). Essa classificação foi decorrente da avaliação do fluxo de pagamentos e do teste se o ativo era caracterizado ou não como somente pagamento de principal e juros (SPPJ), ou se havia a possibilidade de venda e obtenção de resultado, em conjunto com a intenção de manter ou não o ativo até sua liquidação.

Os ativos financeiros ajustados a valor justo foram avaliados pelos preços dos ativos obtidos junto a fontes públicas confiáveis cujos preços são apurados em mercados com alto volume de negociação dos ativos avaliados, portanto mensurados no nível 1 da hierarquia de valor justo previsto na política interna de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros. Com base na avaliação da Administração a adoção dessa nova prática não apresentou impactos a serem considerados no patrimônio líquido da Companhia.

## **17. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não foram identificados eventos subsequentes entre 30 de junho de 2025 até a data de aprovação da emissão desta demonstração financeira.

## **18. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES**

Em 11 de junho de 2025, foi emitida a Medida Provisória nº 1.303/2025, que promoveu alterações na Lei nº 7.589/1988, estabelecendo a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a partir de 1º de outubro de 2025, aplicável a determinadas instituições financeiras e equiparadas.

No caso das Sociedades de Crédito Direto (SCD), a referida MP determinou a majoração da alíquota da CSLL de 9% para 15%.

Até a presente data, a Medida Provisória não produziu efeitos sobre as demonstrações financeiras da Superlógica SCD referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2025, considerando que ainda está em análise pelo Congresso Nacional, podendo ser alterada ou rejeitada. A deliberação final deve ocorrer até 8 de outubro de 2025.

**Carlos Henrique Cera**  
CEO

**Caroline Olivi de Abreu Machado**  
Contadora  
CRC: SP-264947/O-5

**Marcos Vinicius do Nascimento**  
CFO